



ESTADO DE GOIÁS  
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
XII CONCURSO PÚBLICO PARA INGRESSO NA CARREIRA DE PROCURADOR DO ESTADO DE GOIÁS

PROVA DISCURSIVA – GRUPO I – 22/03/2010

DIREITO CONSTITUCIONAL/DIREITO DO TRABALHO/PROCESSO DO TRABALHO

---

1) Acerca do tema políticas públicas: I) estabeleça um conceito de política pública, justificando seus elementos; II) analise os papéis conferidos ao Executivo e ao Legislativo na implementação de tais políticas; III) examine a possibilidade de controle judicial na matéria. (1,5 ponto)

2) Analise os efeitos da declaração de inconstitucionalidade de lei sobre: I) a legislação que anteriormente regulava a mesma matéria; II) situações individuais (direitos subjetivos, contratos) surgidas sob a égide da lei inconstitucional; III) decisões judiciais que solucionaram controvérsias entre poder público e cidadão utilizando como fundamento a lei inconstitucional. Considere como premissas de sua exposição que a decisão se deu em sede de controle concentrado e sem qualquer modulação. (1,5 ponto)

3) Liste, fundamentadamente, as características mínimas do Estado federal, cotejando-as criticamente com o modelo federativo brasileiro. (1,5 ponto)

4) Conceitue “revelia” e analise cada uma das hipóteses abaixo apresentadas, indicando em quais delas o reclamado pode ser declarado revel e sofrer a aplicação dos efeitos da revelia. Justifique sua resposta, inclusive para as hipóteses que considerar inaplicável a revelia e seus efeitos.

Hipótese A: Proposta reclamação trabalhista contra “A”, o reclamado comparece à audiência em que deveria apresentar defesa, mas não a apresenta, embora acompanhado de advogado legalmente constituído.

Hipótese B: Proposta reclamação trabalhista contra “B”, o reclamado não comparece à audiência em que deveria apresentar defesa, mas seu advogado legalmente constituído comparece à audiência com a contestação.

Hipótese C: Proposta reclamação trabalhista contra “C”, por um empregado contratado como segurança, o reclamado envia sua esposa, na condição de preposta, à audiência em que deveria apresentar defesa, acompanhada de procurador legalmente constituído, que apresenta contestação.

Hipótese D: Proposta reclamação trabalhista contra “D”, o reclamado comparece à audiência em que deveria apresentar defesa, mas não a apresenta, ofertando apenas reconvenção.

Hipótese E: Proposta reclamação trabalhista contra a “Fazenda Pública”, seu representante judicial não comparece à audiência em que deveria apresentar defesa. (1,5 ponto)



ESTADO DE GOIÁS  
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
XII CONCURSO PÚBLICO PARA INGRESSO NA CARREIRA DE PROCURADOR DO ESTADO DE GOIÁS

PROVA DISCURSIVA – GRUPO I – 22/03/2010

DIREITO CONSTITUCIONAL/DIREITO DO TRABALHO/PROCESSO DO TRABALHO

---

5) FULANA DE TAL foi admitida, em 1º de janeiro de 2001, pela empresa de prestação de serviços TERCEIRIZA LTDA, para laborar, na função de auxiliar de limpeza, no âmbito da SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE GOIÁS. Em 1º de fevereiro de 2003, foi dispensada sem justa causa. Em 6 de fevereiro de 2004, foi novamente contratada pela mesma empresa prestadora de serviços, agora para laborar, na função de auxiliar de serviços gerais, no âmbito da SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DE GOIÁS.

Em 1º de dezembro de 2009, após procedimento administrativo regular, a administração pública do Estado de Goiás rescindiu o contrato de terceirização com a TERCEIRIZA LTDA, em virtude da constatação de que a empresa contratada estava atrasando, de forma reiterada, o pagamento dos salários de seus empregados.

Em 10 de dezembro de 2009, após tentativas frustradas de localização dos sócios proprietários (SICRANO DE TAL e BELTRANO DE TAL) de sua empregadora, FULANA DE TAL, por intermédio de seu advogado, ajuizou reclamatória trabalhista em face da TERCEIRIZA LTDA. e da SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE GOIÁS, esta última a título de responsável subsidiária (Súmula n. 331, IV, do Tribunal Superior do Trabalho), pleiteando o reconhecimento da rescisão indireta do contrato de trabalho, veiculando, ainda, os seguintes pedidos:

- a) pagamento dos salários dos meses de abril a novembro de 2009;
- b) FGTS não depositados relativos ao período de janeiro de 2001 a março de 2003 e de fevereiro de 2004 a dezembro de 2009;
- c) multa de 40% sobre o FGTS;
- d) condenação das reclamadas ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios.

Como Procurador do Estado de Goiás, elabore a contestação, considerando o princípio da eventualidade (dispensado relatório). (4 pontos)